

Algumas observações sobre a ortografia portuguesa

O termo 'ortografia' ocorre já nas primeiras gramáticas portuguesas. No começo da obra de Fernão de Oliveira *Grammatica da Lingoagem Portugueza*, publicada em 1536, a Ortografia é nomeada a par do Acento, da Etimologia e da Analogia. No Prólogo da Gramática da língua Portuguesa de João de Barros, publicada em 1540, também o autor apresenta a Ortografia como uma das quatro partes em que os latinos "partem a sua gramática". No capítulo dedicado à ortografia, diz que se trata de uma palavra grega que "quer dizer ciência de escrever diretamente". Da constituição da palavra se deduz que, sendo a *grafia* qualquer forma de escrita, a *orto+grafia* implica a correcta escrita, ou seja, escrever "direitamente". Apesar da definição de João de Barros, nessa época não existiam ainda regras que obrigassem a uma determinada grafia da língua portuguesa.

Nos séculos que mediaram entre o XVI e o XVIII não se pode falar propriamente de ortografia com o significado de "escrita que obedece a normas impostas pela escola". Na verdade, a partir do Renascimento e do renovado conhecimento dos clássicos começou a notar-se uma influência das formas etimológicas (por vezes erradamente interpretadas, razão por que este período se denomina pseudo-etimológico), o que teve como consequência a introdução, na escrita do português, de letras existentes nos étimos latinos ou gregos (como o *-c* em *fecto*, de *factu-*), o emprego de consoantes duplas (que encontramos, por exemplo, em *fallar*), ou a ocorrência dos dígrafos *ph*, *ch*, *th* e *rh* (que se mantiveram longos anos em *pharmacia*, *lythografia*, *Matheus*). No entanto, no século XVIII já surgem diversas obras cujos títulos mostram a preocupação dos gramáticos com uma correcta ortografia. Veja-se a obra de Madureira Feijó denominada *Orthographia ou Arte de escrever e pronunciar com acerto a Lingua Portugueza*, datada de 1734.

No século XIX vêm a público disputas sobre questões ortográficas em que se opõem opiniões conservadoras e propostas inovadoras. Discussões sobre ortografias não são exclusivas do nosso tempo. Os gramáticos mais conservadores são acusados de "subserviência aos clássicos, censura de barbarismos e preferência do literatismo em prejuízo da ciência" enquanto os filólogos (mais inovadores) são acusados de "delitos contra a gramática, o bom senso e a salubridade pública". Também nesta época surgiu a denominada "ortografia fonética" que não vingou dado que a obediência estrita à oralidade no que respeita à ortografia traz em si mesma uma contradição, já que a ortografia pretende regular, estabilizar, normalizar, e a fonética se refere à pronúncia que varia no tempo e no espaço, depende de factores diversos desde a diferença entre indivíduos até às circunstâncias de produção oral.

Foi só em 1911, e na sequência dos trabalhos do linguista Gonçalves Viana, que se elaborou a primeira Reforma Ortográfica. Esta Reforma normalizou a escrita, respondeu aos problemas postos pela falta de uniformidade na grafia dos textos oficiais publicados em Portugal e foi tornada

Letrário*

Az. Torre do Fato, 2 A
1600-298 Lisboa
T.: + 351 21 711 20 20
F.: + 351 21 711 20 29
equipa@letrario.pt | www.letrario.pt

obrigatória no ensino escolar. Entretanto, como havia diferenças entre a ortografia em vigor em Portugal e no Brasil, fizeram-se algumas tentativas de estabelecer um acordo entre os dois países procurando-se, por exemplo, simplificar letras não pronunciadas, unificar a utilização dos acentos gráficos, normalizar o uso do apóstrofe e das maiúsculas.. Os mais importantes textos que apresentam essas tentativas de acordo datam de 1945, 1967 e 1986. Muitas destas decisões não foram cumpridas. No que respeita ao acordo de 1986, sabemos que nada do que foi acordado teve concretização. Actualmente, a ortografia portuguesa segue basicamente a reforma de 1945 mantendo-se as diferenças entre as ortografias portuguesa e brasileira.

No seguimento do estabelecido nas bases do acordo de 1945 com algumas revisões que datam de 1967 e 75, ressaltam alguns aspectos que merecem referência.

1. Consoantes mudas – conservam-se em Portugal com a justificação de que permitem que as vogais que as antecedem, embora átonas, se mantenham abertas (exs. *concepção, baptismo, óptimo, protecção, adopção, director, acção, activo*). Note-se, no entanto, que existem vogais que se conservam abertas mesmo quando são átonas e que não necessitam da presença da consoante muda (exs. *dilação, mestrado, invasor, pregar, corar, aquecer*).

2. As consoantes <k>, <w> e <y> só se usam na transcrição de nomes próprios estrangeiros e seus derivados (exs. *Wagner, wagneriano*) e nas abreviaturas e símbolos de uso internacional (exs. *w - watt; km - quilómetro*).

3. O <h> usa-se, por influência do étimo latino, no início de certas palavras (exs. *haver, humano, hoje*), no fim de algumas interjeições (exs. *ah!, oh!*), no interior de palavras compostas em que o segundo elemento, iniciado por <h>, se une ao primeiro por hífen (exs. *anti-higiénico, super-homem*) e nos dígrafos <ch>, <lh>, <nh>.

4. Uso do hífen.

O hífen emprega-se nos compostos

a) com dois substantivos ou com um adjectivo, quer seja reduzido ou não (exs. *decreto-lei, médico-cirurgião, arco-íris, turma-piloto, projecto-piloto, norte-americano, sul-africano, primeiro-ministro, afro-luso-brasileiro, azul-escuro, segunda-feira, conta-gotas, guarda-chuva*);

b) com os advérbios *bem, mal, aquém, além*, e a preposição *sem* são seguidos de elementos que são palavras independentes (exs. *bem-aventurado, além-mar*);

O hífen emprega-se nos derivados quando

a) o segundo elemento começa por <h> ou pela mesma vogal ou consoante com que termina o prefixo (*anti-higiénico, contra-almirante, hiper-resistente, inter-relação*);

b) o prefixo termina em <m> e o segundo elemento começa por <m> ou <n> (*circum-murado, pan-africano*);

c) a palavra é formada com os seguintes prefixos: ex-, sota-, soto-, vice-, vizo-, pós-, pré-, e pró-

O hífen não se emprega:

a) quando o prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por <r> ou <s>, casos em que se dobra a consoante (autossegmental, microssistema, antirreligioso, multissecular, morfossintaxe) [repare-se que o prefixo não termina por <s> ou <r> mas é o segundo elemento que começa por esse som, não se emprega o hífen e dobra-se a consoante]

b) quando o prefixo termina em vogal ou consoante que não são as mesmas por que começa o segundo elemento (*antiaéreo, aeroespacial, sobreaquecimento, paralinguístico, metacultural, metalinguístico, sociolinguística, sociolinguista, sociocultural, sociopolítico, socioeconómico*).

Uma questão ortográfica e gramatical que provoca erros de escrita diz respeito à utilização de *porque* vs. *por que*:

a) A palavra *porque* pode ser um pronome interrogativo que ocorre em frases como “Porque choras?” (= qual a razão do teu choro?) ou uma conjunção causal como na seguinte frase: “Gosto do mar porque é bonito”

b) A expressão *por que* utiliza-se em frases como “Alguns clientes perguntam *por que* defendemos determinada construção” (= por qual motivo – o *por* mantém-se na paráfrase, seguido de um pronome); “A razão *por que* me parece certo.. (pela qual – mais uma vez temos uma construção com *pela* e o pronome *qual*).

Nota: A Gramática de Cunha e Cintra tem uma apresentação bastante completa das regras da ortografia portuguesa, mas deve ter-se em conta que a edição inclui as regras que segue a ortografia brasileira e que diferem da portuguesa. Existem alguns prontuários que podem ser consultados com proveito, como o *Prontuário da Língua Portuguesa* da Porto Editora ou o Prontuário revisto por uma equipa coordenada por Henriqueta da Costa Campos.

Referências

Barros, João de (1540) *Grammatica da Língua Portuguesa*. Lisboa: Luis Rodrigues (a edição consultada é de Maria Leonor Buesbu, Lisboa: Faculdade de Letras da universidade de Lisboa, 1971)

Castro, Ivo, Inês Duarte e Isabel Leiria (1987). *A Demanda da Ortografia Portuguesa. Comentários do Acordo Ortográfico de 1986 e subsídios para a compreensão da Questão que se lhe seguiu*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

Cunha, Celso e Lindley Cintra (1984) *Nova Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: João Sá da Costa (capítulo 4: Ortografia).

Feijó, João de Morais Madureira (1734) *Orthographia ou Arte de Escrever e pronunciar com acerto a Língua Portuguesa para uso do Excellentissimo Duque de Lafoens*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica

Gonçalves, Maria Filomena (1998). *As ideias ortográficas em Portugal - da etimologia à reforma (1734-1911)*. Dissertação de Doutoramento. Universidade de Évora.

Lopes, Óscar (1987) O Acordo Ortográfico. In Ivo Castro *et al.* (1987), pp. 129-133.

Oliveira, Fernão de (1536) *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*. Lisboa: e[m] casa de Germão Galharde. (Última edição: *Gramática da Linguagem Portuguesa. Edição crítica, semidiplomática e anastática* por Amadeu TORRES e Carlos ASSUNÇÃO, com um estudo introdutório do Prof. Eugenio COSERIU. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000.)

Prista, Luís (2001) De filólogos a linguistas. In Mateus, Maria Helena Mira (org.) (2001) Catálogo da Exposição *Caminhos do Português*. Lisboa: Biblioteca Nacional, pp. 157-218.